

CORREIO PAULISTANO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Enel começou novas instalações na Zona Norte de SP

Enel SP inicia regularização de energia para 3,5 mil famílias

A Enel São Paulo deu início às obras de regularização da rede elétrica na comunidade Vila Jaraguá, também conhecida como Jardim Jequití, na Zona Norte da capital paulista. O projeto tem como objetivo levar energia elétrica regular e segura para cerca de 3.500 famílias que até então utilizavam ligações irregulares. A iniciativa prevê a instalação de 284 postes e 25,5 mil metros de cabos elétricos, o equiva-

lente a 8,2 quilômetros de rede nova, proporcionando maior confiabilidade ao fornecimento de energia na região. O cronograma total de execução é de 180 dias, sendo os primeiros 60 dedicados à infraestrutura e os 120 seguintes à conexão dos clientes, com instalação de medidores e ramaís individuais. As obras começaram pela Rua João Florêncio Pereira e pela Avenida Jequití, principais vias de acesso do bairro.

Planta Genérica de Valores

O Projeto de Lei, que revisa a Planta Genérica de Valores e altera a legislação tributária da cidade, com foco na base de cálculo do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), passará por mais uma Audiência Pública na Câmara Municipal de São Paulo. O terceiro debate foi agendado pela Comissão de Finanças e Orçamento, para a próxima quinta-feira (23),

às 11h. Aprovado em primeiro turno na Sessão Plenária do dia 8, o projeto já passou por uma audiência na CCJ e na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. A Planta Genérica de Valores é um instrumento utilizado pelos municípios para determinar o valor venal dos imóveis, servindo de base para o cálculo de tributos como o IPTU.

Dia Mundial da Alimentação

A Prefeitura da cidade de São Paulo realiza, nesta quinta-feira (16), uma visita guiada para mostrar o circuito dos alimentos. A ação chamada de “Circuito de Visitas: Saberes e Sustentabilidade” vai mostrar de forma educativa as etapas do sistema alimentar paulistano, passando por uma hor-

ta urbana e comunitária, depois ao programa Rede Cozinha Escola e, por fim, no Armazém Solidário. O objetivo da ação é promover a conscientização sobre a importância de uma alimentação saudável, sustentável e acessível para todos, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação.

Audiência Pública sobre fundo SPDA

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa agendou uma Audiência Pública para a próxima esta quinta-feira (16), a partir das 14h, sobre a execução de contratos imobiliários do fundo SPDA (Companhia São Paulo de Desenvolvimento de Ativos). Vinculada ao SPDA, a empresa pública municipal visa

melhorar o desenvolvimento econômico e social da cidade, com foco na regularização de imóveis da Cohab-SP. A convocação do debate atende a um requerimento do vereador Alessandro Guedes (PT). Segundo o documento apresentado pelo parlamentar, os contratos estariam sendo tratados de forma abusiva.

Jardim Botânico na Pré-COP30

Na próxima sexta-feira (17), o Jardim Botânico de São Paulo recebe o evento “Turismo de São Paulo na Pré-COP30”, abordando temas relacionados ao setor turístico e o meio ambiente, foco da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, que será em novembro deste ano, em Belém. A programação in-

clui palestras e experiências voltadas aos estudantes de turismo, empresários do setor e interessados sobre sustentabilidade em geral. O evento terá um panorama sobre o que há de diverso e inovador na cidade de São Paulo. Haverá também participação do programa Mãos e Mentes Paulistanas, com exposição de artesanos.

Audiência sobre hormônios sexuais

Na próxima quarta-feira (22/10), a partir das 10h30, a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa da Câmara Municipal de São Paulo discutirá o uso de hormônios sexuais no tratamento de incongruência ou disforia de gênero em crianças e adolescentes em Audiência Pública. A

convocação do debate atende a um requerimento da vereadora Janaina Paschoal (PP). No documento, a parlamentar explica que o objetivo do debate é “reunir especialistas, além da sociedade civil, para examinar criticamente os riscos do uso de tais hormônios em menores de idade”.

CPI das Habitações Sociais apura impacto de investidores

Situação atinge 60% das unidades, diz representante de banco

Lucas Bassi / REDE CÂMARA SP



Vereadores da CPI aprovaram requerimentos e realizaram oitiva

Em reunião realizada nesta terça-feira (14), os vereadores que compõem a CPI das Habitações de Interesse Social (HIS) aprovaram requerimentos e realizaram uma oitiva para entender como funciona o processo de financiamento desse tipo de habitações feito pelas instituições bancárias.

Para falar sobre o tema, o colegaido recebeu Romero Gomes de Albuquerque – diretor de crédito imobiliário do Banco Bradesco. Ele participou da reunião em atendimento à solicitação da vereadora Sílvia da Bancada Feminista (PSOL).

O convidado compartilhou dados referentes ao número de financiamentos de imóveis efetuados pelo banco que se enquadram como moradia popular. Romero explicou que desde novembro de 2021, dos 920 empreendimentos atendidos pelo Bradesco, 25 se encaixam na política habitacional de interesse social: 19 estão em fase de construção e seis foram concluídos.

De acordo com Romero, os seis empreendimentos prontos reúnem duas mil unidades habitacionais, sendo que 1.600 delas são habitações sociais. Destas, o diretor de crédito destacou que apenas 163 unidades foram financiadas pelo Bradesco.

Dos números apresentados, Sílvia da Bancada Feminista questionou quantas unidades foram financiadas para moradia e a quantidade de apartamentos

adquiridos como forma de investimento.

Romero revelou que cerca de 40% foram financiados para moradores.

“Ele colocou que 60% dos adquirentes dos empreendimentos imobiliários são investidores, ou seja, a maior parte dos prédios que são construídos com incentivo da Prefeitura não está sendo destinada para as famílias que precisam dessa moradia. Isso, para nós, é um desvio da finalidade da política pública”, afirmou a vereadora Sílvia.

Os demais vereadores que compõem a CPI HIS também se manifestaram. Relator da comissão, o vereador Dr. Murillo Lima (PP) pediu informações relacionadas às instituições financeiras.

O parlamentar perguntou se as empresas bancárias têm alguma vantagem para financiar moradias de interesse social.

“Nós não recebemos nenhum benefício. Dentro da instituição, o financiamento de uma HIS, ou o financiamento de um empreendimento de médio, alto ou luxo padrão, segue a mesma condição. Inclusive, na essência, uma HIS tem um custo de observância até maior do que um contrato normal para as instituições, em virtude da burocracia do processo”, respondeu Romero.

Para Murillo Lima, após a conclusão dos trabalhos da CPI, será necessária a elaboração de um Projeto de Lei para aprimorar a lei vigente. “Nós vimos aqui hoje que há muitos investidores compran-

do essas unidades e locando para essas famílias que poderiam comprá-las de forma direta”.

Durante a reunião também foram aprovados pedidos de informações às empresas que possuem plataformas online de locação de imóveis, como QuintoAndar e AirBnb.

A CPI das HIS tem como objetivo investigar a produção e comercialização irregular de habitações de interesse social por entidades e empresas que desenvolvem empreendimentos no município de São Paulo.

A reunião foi conduzida pelo vereador Rubinho Nunes (UNIÃO), presidente do colegiado, com participação dos vereadores Isac Félix (PL) e Gabriel Abreu (PODE).

São Paulo é segunda cidade mais sustentável do país atrás de São José dos Campos

Divulgação



São Paulo ficou à frente de Brasília

São Paulo está entre as capitais brasileiras com os maiores níveis de desenvolvimento sustentável.

A capital paulista alcançou 57,9 pontos, ficando atrás apenas de São José dos Campos (58,3) e à frente de Brasília (57,6) no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC-BR) 2025, divulgado nesta quarta-feira (15), em Brasília.

O índice mede o desempenho dos municípios brasileiros em relação aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

O levantamento mostrou uma melhora na média nacional, que passou de 46,7 pontos em 2024 para 49,9 em 2025, numa escala de 0 a 100.

Apesar da melhora, o Brasil ainda permanece em uma faixa considerada baixa.

“Isso é uma grande notícia para o país. Onde vivem

90% da população brasileira, estamos conseguindo ter uma inflexão pela primeira vez em dez anos”.

A afirmação é Jorge Abrahão, diretor-presidente do Instituto Cidades Sustentáveis, responsável pelo levantamento.

O estudo classifica os municípios em cinco níveis: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

Neste ano, 47% das cidades alcançaram o nível médio, enquanto 45,7% ainda permanecem na faixa baixa.

Fazendo a comparação, em 2024, mais da metade (51,3%) das 5.570 cidades avaliadas estavam no nível baixo.

Neste ano, nenhuma cidade brasileira atingiu o nível “muito alto”, mas 3% alcançaram classificação alta, e 3,8% ficaram no grupo de muito baixa sustentabilidade. Abrahão destacou, no entanto, que ainda há grandes

desigualdades regionais.

“A gente observa que o Norte e o Nordeste do país têm grandes desafios”, ressaltou.

Após a divulgação dos resultados, a Frente Nacional de refeitos e Prefeitas lançou a Declaração das Cidades pelo Clima na COP30. A Declaração é tida pelos integrantes como um chamado para o enfrentamento das emergências climáticas, perda de biodiversidade e desigualdades sociais.

O documento propõe dez ações prioritárias. Entre elas estão, o aumento de áreas verdes, gestão de riscos climáticos, tratamento de resíduos sólidos, compras públicas sustentáveis e promoção da educação ambiental e da justiça climática.

Os municípios poderão aderir à declaração de forma voluntária até a COP30, que será realizada em Belém, em novembro deste ano.

R\$ 94,4 milhões contra enchentes

A Prefeitura de São Paulo está executando obras importantes no Córrego Rodeio, localizado no extremo da Zona Leste, em Cidade Tiradentes. Os serviços visam reduzir ao máximo as cheias históricas que atingem as áreas no entorno do córrego. Com investimento de R\$ 94,4 milhões, as obras de canalização e contenção vão se estender por 2.000 metros nas margens do córrego. As intervenções foram iniciadas em novembro de 2024. A primeira frente de intervenções acontece em um trecho do córrego classificado pela Defesa Civil como área de risco para solapamento.

Neste trecho, a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB) trabalha na contenção de 997 metros das margens, dos quais 320 metros já foram concluídos.

As intervenções ocorrem entre a Rua Inácio Monteiro até a Estrada do Iguatemi, no bairro Jardim Pedra Branca. O contrato contempla, ainda, a recuperação das redes de microdrenagem e nova pavimentação no perímetro da obra. Já a segunda fase de estabilização das margens ocorre entre a Estrada Manoel de Oliveira Ramos até a Estrada do Iguatemi, em um trecho de quase mil metros de extensão.

No local, também está prevista a recuperação das galerias de águas pluviais e nova pavimentação no entorno da obra. Nesta frente de obra, 280 metros já foram concluídos, o restante segue em andamento conforme o cronograma previsto.